

Ambiente. Cálculo de cientistas, feito com base em dados do Ministério do Meio Ambiente, considera que, se presidente retomar texto semelhante ao aprovado no Senado, País perderá 3 milhões de hectares de área produtiva – e não 33 milhões, como diz bancada ruralista

Código restritivo impactaria menos produção do que preveem ruralistas



PLANETA

Giovana Girardi

Se a presidente Dilma Rousseff vetar o projeto de lei aprovado na Câmara que reforma o Código Florestal e retomar um texto nos moldes do votado no Senado no fim de 2011, a perda de produção agrícola no País pode ficar em torno de 3 milhões de hectares – cerca de 10% do que os ruralistas têm anunciado como o tamanho do prejuízo da recuperação do passivo ambiental. Dilma tem até sexta-feira para se posicionar sobre o Código.

O número, que considera a recuperação de matas ciliares, foi obtido com base em análise de especialistas em cima de cálculo do Ministério do Meio Ambiente sobre quanto deveria ser recomposto de vegetação natural no cenário do texto do Senado.

Projeção feita no Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA considerou que, ao todo, seriam necessários recuperar cerca de 31,5 milhões de hectares (Mha), sendo 18 Mha de Reserva Legal (RL) e entre 12,5 Mha e 15 Mha de Área de Preservação Permanente (APP), explica João de Deus Medeiros, que era diretor de Florestas na ocasião.

Especialistas ouvidos pelo **Estado** ponderam que a mudança ocorrerá de fato só na APP, pois o texto do Senado prevê a possibilidade de o déficit de RL ser compensado em outra área no mesmo bioma. A ideia, no entanto, é rebatida por ruralistas (*mais informações nesta pág.*).

IMPACTO DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A AGRICULTURA

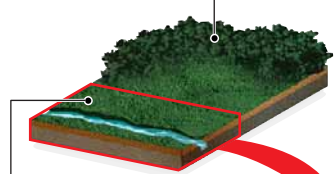
● Se a presidente Dilma Rousseff vetar o texto do Código Florestal que saiu da Câmara e tentar retomar o texto do Senado, qual será o tamanho da área de produção perdida?

31,5 milhões de hectares (Mha)

teriam de ser recuperados, segundo cálculos do Ministério do Meio Ambiente

18 Mha

DE RESERVA LEGAL (QUE PODEM SER COMPENSADOS EM OUTRA ÁREA)



E ENTRE

12,5 Mha e

15 Mha

DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) EM BEIRA DE RIO

FONTE: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; GERD SPAROVEK/ESALQ

Área de Preservação Permanente (APP) que teria de ser recuperada

Pastagem

81,8% ou até 12,3 Mha

Agricultura

18,2% ou até 2,7 Mha

UMA PECUÁRIA MAIS PRODUTIVA COMPENSARIA A PERDA DESTA ÁREA, SEGUNDO ESPECIALISTAS



Compare



A ÁREA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA QUE OS RURALISTAS AFIRMAM QUE SERIA PERDIDA EQUIVALE AO MARANHÃO

NA PRÁTICA, SÓ A PERDA DESTA ÁREA PODERIA TRAZER UMA DIMINUIÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

INFOGRÁFICO/AE

A questão é delicada porque faltam dados exatos sobre a ocupação do solo no Brasil. Cálculos feitos com base em imagens de satélite não são 100% precisos e ainda não há uma adesão dos proprietários ao cadastro rural.

Pastagem improdutiva. Já em APPs, pesquisas apontam que o grosso de sua ocupação não é para produzir arroz e feijão.

Segundo estimativas de Gerd Sparovek, da Esalq/USP, ainda não publicadas, sobre o déficit de área protegida em propriedades agrícolas, faltam cerca de 55 Mha de APP. Desses, 45 Mha seriam ocupados por pecuária e 10

● Opinião

Ricardo Rodrigues

PESQUISADOR DA ESALQ/USP

“No caso da pecuária em Paragominas, 90% do passivo foi possível recuperar só com isolamento da área e condução da regeneração natural.”

Mha, por agricultura, considerando o Código vigente.

É a projeção dessa proporção – de que mais ou menos 80% do uso irregular de APP é de pecuária de baixa produtividade e só os 20% restantes seriam ocupa-

dos por agricultura – sobre os 15 Mha do início do texto que permite calcular que a perda de área para produção agrícola seria de cerca de 3 Mha. Só nas matas ciliares a recuperação de fato representaria a perda de áreas que contam com produção agrícola.

Recuperar pastagem, dizem os cientistas, é um bom negócio para o próprio produtor. Como em geral no Brasil a produtividade dessas áreas é muito baixa, em torno de uma cabeça de gado por hectare, investimentos que pudessem ao menos dobrar isso liberariam cerca de 70 Mha no País e compensariam a “perda” com a recuperação de mata.

REPRODUÇÃO



Chico Bento pede veto

O cartunista Mauricio de Sousa juntou-se às entidades ambientalistas para pedir o veto ao novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso. O porta-voz escolhido foi o personagem Chico Bento, que dirige um apelo à presidente Dilma Rousseff.

Compensação de Reserva Legal é polêmica à parte

Para a bancada ruralista do Congresso, cuja principal porta-voz é a senadora Kátia Abreu (PSD/TO), se voltar o texto do Senado, o País terá de abrir mão de toda a área prevista pelo Ministério do Meio Ambiente para ser recuperada (de 31,5 Mha a 33 Mha).

Um dos motivos pelos quais ela defende que há risco de ocor-

rência de um cenário mais sombrio é porque ela não acredita servíla a alegação de que é possível compensar o passivo de Reserva Legal em outras áreas fora da propriedade rural, desde que seja dentro do mesmo bioma.

“Só temos 27,7% de área de produção agrícola no País, descontados os 11% que já são pre-

servados nas propriedades particulares. O resto é terra devoluta do Incra, terra de índio, parques nacionais ou terras de Marinha e Exército e cidades. Onde eu vou arrumar floresta para compensar? É lógico que é em área de produção.”

A análise considerada pela comunidade científica é bem diferente. De acordo com cálculos do agrônomo Gerd Sparovek, da Esalq/USP, sobram áreas para fazer essa compensação.

“Fora de APP e RL e de Unidade de Conservação, há cerca de

294 milhões de hectares de vegetação natural. Não é tudo propriedade privada, claro. Isso inclui terra pública que não tem titulação e não sabemos quanto é exatamente”, afirma.

“Mas tem área suficiente em todos os biomas. O que ocorre é que alguns Estados não têm, como São Paulo e Paraná, mas dá para compensar no mesmo bioma”, complementa.

O texto do Senado prevê isso. E pressupõe que a compensação é um mecanismo de mercado. “O proprietário que ceder sua

terra para outro proprietário resolver seu déficit vai receber por isso. Não é bondade”, diz.

O próprio censo agropecuário do IBGE de 2006 – o mais recente – conta uma história diferente. Segundo o levantamento, os proprietários rurais declararam a existência em suas terras de 94 Mha de florestas, sendo 50,2 Mha destinadas para APP ou RL; 8,2 Mha de florestas consorciadas com pastagem; e 35,6 Mha de matas e florestas fora de APPs. Em teoria, a compensação poderia também ocorrer aí. **6.6.**

ideia seria só adensar o gado para abrir terra para a agricultura, ela volta a lembrar a falta de dinheiro. Perguntada, então, se não seria melhor, em vez de mudar o Código, brigar por mais dinheiro, Kátia simplesmente gargalhou e lembrou as dificuldades do setor. “Não existe dinheiro para a agricultura. Não tem a menor possibilidade de fazer esse ganho da produtividade.”

Trabalhos com recomposição de APP trazem uma visão mais otimista. O pesquisador Ricardo Rodrigues, da Esalq, conduz projetos de recuperação com canaviais em São Paulo, com pecuaristas em Paragominas (PA) e com sojeiros em Santarém (PA) e em Lucas do Rio Verde (MT).

“A realidade que notamos é que as propriedades têm entre 2% e 3% de irregularidade para APPs. Para Paragominas, a média foi um pouco menor, entre 1% e 2%”, diz Rodrigues.

Quem está no meio agrícola tem dúvidas quanto à estratégia das ruralistas. “Foi um erro dizer que haverá impacto na produção. A discussão deveria ser reconhecer que APP é importante, que a recomposição é necessária, mas tem custos, e o setor agrícola deveria cobrar quem vai arcar com esses custos”, afirma André Nassar, do Instituto Ícone.

Destino do programa da ONU divide países

Gustavo Chacra

CORRESPONDENTE / NOVA YORK

Às vésperas da última semana de negociações para o texto final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em Nova York, antes de os trabalhos serem transferidos para o Brasil, há diversas divergências entre os países

ses em relação ao evento no Rio.

Uma das principais, segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, é sobre o destino do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Apesar de “todos os países quiserem o fortalecimento (*do programa*)”, há divisões em relação à transformação do órgão em uma agência, diz Figueiredo, repre-

sentante brasileiro nesta nova rodada de negociações. A decisão sobre o Pnuma deverá constar no documento final da Rio+20.

“A questão é em que grau ocorrerá esse fortalecimento do Pnuma. Deve ser transformado em uma agência especializada das Nações Unidas ou requer medidas específicas, mas sem a mudança de status da instituição?”,

questiona o diplomata, que é o secretário-geral da Rio+20.

A favor da transformação do Pnuma em uma agência ambiental com mais força e autonomia – nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC) – estão países europeus e africanos. Contra, defendendo um fortalecimento, mas sem alterar o status de programa, estão os demais países, entre eles o Brasil.

Um dos problemas para transformar um programa em uma agência, dentro da ONU, são os

custos adicionais com a burocracia. Os países a favor têm sido colocados na parede para tentar explicar de onde viriam os fundos para bancar esse novo órgão dentro das Nações Unidas.

Nos próximos dias, os copresidentes da Rio+20 devem enviar um texto aos delegados que participam das negociações para dar os parâmetros para os debates na semana que vem. O documento deve conter os pontos de convergência e alternativas para as divergências.

Incêndio atinge antigo quilombo em Alagoas

Carlos Nealdo

ESPECIAL PARA O ESTADO / ALAGOAS

A vegetação seca em decorrência da estiagem que atinge vários municípios alagoanos e o vento forte podem ter favorecido a propagação do fogo que devastou

parte da reserva de Mata Atlântica na Serra da Barriga, localizada no município de União dos Palmares, a 73 km de Maceió.

Na tarde de segunda-feira, equipes do Corpo de Bombeiros de Maceió foram acionadas para tentar controlar o fogo, que teria

começado em uma área de lavoura próxima à serra – tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade por ter sido o berço do Quilombo dos Palmares, liderado pelo herói negro Zumbi.

O vento forte e o terreno acidentado dificultaram os trabalhos dos militares. Segundo Genízete de Lucena Sarmento, representante da Fundação Palmares em Alagoas, que administra o local, as chamas se propagaram rapidamente, atingindo a vegetação da Serra da Barriga.

A suspeita do Corpo de Bombeiros é de que o fogo tenha começado em uma lavoura de banana no pé da serra. O laudo oficial deverá ser divulgado somente em 30 dias. Este é o segundo incêndio no local registrado em menos de um mês. Tanto neste caso como no anterior, o parque não chegou a ser atingido.

A Serra da Barriga abriga o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, inaugurado em novembro de 2007, pelo então ministro da Cultura, Gilberto Gil.



Fogo. Serra abriga Parque Memorial Quilombo dos Palmares

ANTÔNIO ARAGÃO / TRIBUNA UNIÃO